

Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia abrirá diálogo sobre desenvolvimento sustentável entre países da bacia amazônica

Por Fórum Amazônia Sustentável
10 de novembro de 2011



Pesquisadores, comunitários, empresários e organizações socioambientais do Brasil, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela se reúnem nos dias 16, 17 e 18 de novembro em Belém para discutir desafios e oportunidades comuns na perspectiva do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Esses países têm em comum muito mais do que parte de seus territórios cobertos pela maior floresta

tropical do planeta.

Eles compartilham a responsabilidade de conservar para o futuro a floresta, tão importante, internamente para seus povos, quanto para o resto da humanidade. Por outro lado, têm à disposição mananciais de recursos naturais e riqueza biológica que, explorados de modo sustentável, poderão levá-los a uma forma de desenvolvimento capaz de gerar economias robustas sem destruir a floresta.

Esse desenvolvimento, porém, ainda é uma meta ambiciosa. Mas há claros sinais de que essa é uma das tarefas que os países amazônicos devem assumir juntos nas próximas décadas se quiserem enfrentar desafios como as mudanças climáticas, o desmatamento, as drásticas mudanças no uso do solo e a exploração desregulada do ambiente, incluindo aí diversas formas de apropriação indevida, desrespeito aos direitos dos povos das florestas e as políticas públicas equivocadas.

A Amazônia é parte fundamental do equilíbrio ambiental do planeta. As abordagens sobre sustentabilidade na região serão ainda mais efetivas se países que integram o bioma amazônico ampliarem o foco do debate para além de suas fronteiras.

É isso que propõe o evento 'Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia': uma visão mais ampla e integrada da região, com ênfase nos problemas e oportunidades comuns. O evento também evidenciará soluções que já começam a despontar entre inúmeras iniciativas que vêm da floresta, dos povos tradicionais, das instituições de pesquisa, das políticas públicas inovadoras e da ação visionária de empresas que decidiram trabalhar por uma nova economia lastreada no uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais.

O primeiro dia do evento terá uma programação comum às duas organizações, com o foco nos temas que afetam indistintamente os países amazônicos, como é o caso das mudanças climáticas, desmatamento, perda de biodiversidade, economia verde e direitos dos povos das florestas.

No segundo dia, haverá o debate de temas nacionais e oficinas de intercâmbio de experiências. No último dia, o Fórum Amazônia Sustentável realizará seu V Encontro Anual e a Articulação Regional da Amazônia fará a reunião de sua executiva, encerrando este evento que marca uma nova fase para o desenvolvimento sustentável integrado da região.

Patrocinadores: Agropalma, Alcoa, Banco da Amazônia, Fundação Avina, Fundo Vale, GIZ, Natura, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, Petrobras,

Países da Amazônia vão integrar ações de proteção à floresta

Por Daniela Torezzan e Jaime Gesisky
16 de novembro de 2011

Cerca de 400 pessoas participam em Belém do evento Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia, realizado pelo Fórum Amazônia Sustentável e Articulação Regional da Amazônia (ARA). O debate é o primeiro esforço da sociedade civil dos países amazônicos na busca de enfrentar os desafios e identificar as oportunidades comuns na região.

Em suas áreas florestais, esses países abrigam cerca de 34 milhões de pessoas, mais da metade situada abaixo da linha de pobreza, apesar dos vastos recursos naturais que a floresta oferece. Mesmo sendo um grande potencial econômico, a floresta nos países pan-amazônicos já soma cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados de desmatamento.

A reversão desse quadro, segundo a avaliação dos participantes do evento, inclui formas sustentáveis de explorar os recursos da floresta e a valorização dos que, vivendo no interior da Amazônia, ajudam a manter de pé uma floresta que é crucial para o equilíbrio climático do planeta. No entanto, qualquer perspectiva de desenvolvimento deve considerar ainda o envolvimento de mecanismos de mercado e da iniciativa empresarial.

Para Adalberto Versissimo, pesquisador do Imazon – palestrante no primeiro dia de debates do evento em Belém – os países pan-amazônicos deverão se orientar a partir de agora pelas práticas colaborativas capazes de transpor fronteiras. E dá exemplos bastante concretos. “De nada adianta cuidarmos do rio Amazonas ou do rio Negro do lado de cá, no Brasil, se as nascentes desses rios, localizadas em países vizinhos, não tiverem o mínimo de



proteção”, apontou. A regulamentação protetiva da floresta, disse ele, precisa ser integrada.

PIB amazônico

De acordo com o pesquisador, o Produto Interno Bruto (PIB) dos nove países com floresta amazônica somaram 330 bilhões de dólares, só nesta década. Apenas no Brasil, os investimentos em infraestrutura previstos para a próxima década, superam os 500 bilhões de dólares. “Esse processo, sem precedentes, pode levar a um novo panorama de desmatamento, muito mais agressivo. O monitoramento do desmatamento, que já é uma realidade possível, representa esse empoderamento da sociedade”, disse.

Veríssimo classificou em três os principais eixos de investimentos para garantir o desenvolvimento da Amazônia: conhecimento e tecnologia, gestão pública, e produção com baixa emissão de carbono. “Esse desenvolvimento não poderá ser feito com pouco dinheiro, sem vontade política e sem o envolvimento das populações e redes pan-amazônicas”, finalizou.

Tecnologia

Uma das formas de integração apresentadas durante o debate vem do campo da tecnologia. A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG, na sigla em espanhol), formada por onze instituições que atuam na Amazônia.

Nas próximas semanas, a organização deverá divulgar os primeiros mapas com dados da pan-amazônia com as pressões atuais, as futuras e as potenciais como a exploração de gás e óleo, hidroeletricidade, transporte, uso do fogo e desmatamento para as áreas protegidas da região.

“Estamos avançando na integração regional por meio desses instrumentos tecnológicos que deverão gerar um debate além das fronteiras de cada país”, disse Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental – um dos articuladores da RAISG.

Ricardo destacou ainda a importância da inserção dos indígenas no processo com a divulgação dos trabalhos. “Havia uma ideia de que a Amazônia era um grande espaço vazio sem população suficiente para ocupá-la”, disse. Além disso, segundo ele, a RAISG tronou muito mais evidente as pressões e ameaças do bioma, principalmente o desmatamento. “A floresta amazônica corre o risco de ser a floresta tropical mais descontínua do planeta”.



Marina Silva e o coordenador de Políticas Públicas do Instituto Centro de Vida, Sérgio Guimarães

Amazônia vive situação drástica nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, diz estudo

Por Fórum Amazônia Sustentável
17 de novembro de 2011



Foto: Daniela Torezzan

Apesar de alguns avanços nas últimas décadas, ainda são drásticas as condições sociais, econômicas e ambientais nos países que fazem parte da Amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Peru, Suriname e Venezuela. A conclusão é do estudo A Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) lançado nesta quarta-feira à noite em Belém durante o evento Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia, realizado pelo Fórum Amazônia Sustentável e Articulação Regional da Amazônia (ARA). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela ONU em 2000, foram avaliados por um grupo de instituições ligados à ARA, que assina o trabalho.

De acordo com o estudo, cerca da metade da população que vive nesses países encontra-se abaixo da linha da pobreza, apesar dos vastos recursos naturais. A situação é mais crítica na Bolívia (60%), Equador (59%), Peru e Guiana Inglesa (54%), Venezuela (52%) e Suriname (51%).

Os dados mostram que as taxas de desemprego na região diminuíram. Mas essa realidade esconde graves problemas como a informalidade, o trabalho infantil e o trabalho forçado. Durante a última década, somente na Amazônia brasileira, mais de 15 mil pessoas foram libertadas de condições análogas à escravidão. Geralmente são homens analfabetos entre 25 e 40 anos,

recrutados para extração ilegal de madeira, a produção de carvão e a pecuária.

Mortalidade infantil

Apesar de uma redução significativa, a mortalidade infantil na Amazônia é bem maior do que a média nacional dos países. Na Bolívia, a mortalidade infantil está acima das regiões mais pobres do mundo são 73 casos por mil nascidos vivos, e no Peru 38 casos por mil. A menor taxa está na Guiana Francesa com dez casos por mil. A Venezuela foi o único país que conseguiu diminuir as taxas de mortalidade em dois terços em relação a 1990, conforme define a meta da ONU. Porém, entre a população indígena venezuelana, a mortalidade infantil é dez vezes maior que a média interna do país.

Em alguns países, a desnutrição atinge um quarto da população infantil. A vulnerabilidade é maior para os povos indígenas. As maiores taxas encontram-se no Peru (24%) e na Bolívia (21%). Índices abaixo de 20% estão o Equador e a Venezuela. Os países com o menor percentual são a Colômbia (5%) e o Brasil (2%).

O estudo mostra que o analfabetismo na Amazônia está acima do limite internacionalmente considerado como crítico, que é de 5%, definido pela UNESCO. Na Amazônia brasileira, é mais do que o dobro (11%) e na Amazônia boliviana é 17%. Nos outros países da pan-amazônia, a situação está um pouco melhor, mas sempre acima dessa média, com 8% na Amazônia peruana, 6,5% na Amazônia equatoriana e 6% na Amazônia venezuelana.

A taxa de matrícula aumentou e a maioria dos países apresenta índices acima dos 90%, exceto a Guiana Francesa com 88%. Peru e Guiana apresentam as maiores taxas, com 96% e 98%, respectivamente.

Uma grande porcentagem de mulheres da Amazônia sofre algum tipo de maltrato, assim como uma taxa de analfabetismo superior à média da população, revela o estudo da ARA. Além disso, elas possuem escassas oportunidades econômicas e políticas. Conforme o estudo, esses problemas se acentuam quando se trata de mulheres indígenas e afrodescendentes.

Em relação à saúde, o estudo denuncia que na Amazônia, o acesso a um sistema de qualidade é limitado em comparação com a situação particular dos países. Os países amazônicos têm entre 0,5 e 1,5 médico para cada mil habitantes. Essa vulnerabilidade é acentuada pelo desmatamento, as altas taxas de crescimento demográfico e urbanização descontrolada sem saneamento básico, abrindo caminho a todo tipo de doenças, consequência das excecíveis condições de vida.

A propagação do vírus da AIDS aumentou nos últimos anos na região amazônica. Por outro lado, isso mostra uma maior cobertura dos dispositivos de diagnóstico utilizados, porém, ainda insuficientes devido à dificuldade de diagnósticos, sobretudo em áreas rurais. A tuberculose é uma doença que está em baixa no mundo inteiro. Porém, a incidência dessa doença nos países amazônicos como o Peru e a Bolívia é a mais elevada do mundo. Os autores também apontam que na Amazônia, algo entre 400 mil e 600 mil pessoas contraem malária a cada ano. Uma das causas para o aumento do número de casos é a derrubada das florestas. Mesmo assim a mortalidade provocada por essa doença caiu em mais de 50% na região.

Desmatamento

Apesar do avanço em relação aos acordos alcançados pelos países, como a assinatura de convenções como a da biodiversidade (CDB/ONU), o estabelecimento de áreas protegidas – inclusive territórios indígenas –, e a criação de alguns marcos legais

importantes, o estudo indica a necessidade de ações mais concretas para além das fronteiras nacionais, ou seja, políticas públicas para reduzir a perda de recursos naturais e biodiversidade.

Desmatamento, degradação e outras pressões, no entanto, ainda ameaçam a floresta amazônica. Nem todos os países têm sistemas de monitoramento florestal. Apesar de estar conseguindo diminuir as taxas de desmatamento, no âmbito regional, o Brasil ainda responde por cerca de 72% das taxas anuais de desmate, seguido pela Venezuela (12,5%), Peru (6,5%) e Colômbia (4,7%). Expansão da fronteira agrícola, obras de infraestrutura, assentamentos humanos e apropriação de terras públicas são as principais causas da perda de cobertura florestal.

Embora a região possua as maiores reservas de água doce do planeta, boa parte da população amazônica não dispõe de água própria para o consumo. A Bolívia é o país com menos acesso a esse direito fundamental.

Sociedade civil dos países amazônicos troca experiências em Belém

Por Daniela Torezzan / ICV
18 de novembro de 2011

Durante o segundo dia do encontro Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia realizado em Belém pelo Fórum Amazônia Sustentável e Articulação Regional da Amazônia (ARA) os representantes de instituições ambientalistas, financiadores, empresários e comunidades tradicionais participaram de uma rodada de intercâmbio de experiências entre os países que compartilham a floresta amazônica.

São projetos que unem manejo, conservação e monitoramento da floresta amazônica e que já ocorrem no Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. Os participantes querem fortalecer a governabilidade local para garantir mais autonomia para as articulações transfronteiriças.

Na oficina sobre cenários de monitoramento de pressões na Amazônia, os palestrantes ressaltaram que os países já podem trabalhar no monitoramento do bioma de forma integrada. "Temos tecnologia, conhecimento e interesse. As ferramentas para isso em nível local, estadual, federal e transfronteira também já existem, mas para isso é necessário recurso financeiro para que as ações tenham abrangência e impactos significativos", disse Carlos Souza, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Financiamento

A oficina que registou maior interesse foi a que abordou as oportunidades e desafios de financiamento para a Amazônia que contou com palestras de cinco financiadores. Para eles, há um novo perfil de projetos que priorizam a relação com os povos locais e a necessidade de entender melhor quais são as demandas para financiamento, identificando quais são os atores por trás dos pedidos. "O financiamento na Amazônia deve ser encarado como uma ferramenta e não um fim", disse Mirela Sandrini, do Fundo Vale. Segundo ela,



Foto: Daniela Torezzan

deve ser algo que estimule o processo e a articulação entre atores para ações entre povos e países. "Um movimento que dispare e mobilize uma nova forma de desenvolvimento", disse ela, a especialista, o financiamento deve respeitar as dinâmicas e os conhecimentos das populações indígenas e locais.

Trocar experiências e iniciativas em manejo e desenvolvimento

sustentável também foi proposta em oficina que teve o objetivo de propiciar o diálogo. Um tema chave identificado foi a necessidade de aumentar a participação nos processos de discussão dos atores locais para incidir em políticas públicas. Outra oportunidade citada foi a melhoria da gestão territorial com informações geográficas, fundamental para o monitoramento e a melhoria da governança local.

A oficina sobre economia verde e REDD+ registrou bastante participação. Após apresentação de novas iniciativas de produção responsável, de baixa emissão de carbono e inclusiva do ponto de vista socioambiental, Rubens Gomes do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) falou sobre o processo de criação do Observatório de REDD e das salvaguardas de princípios e critérios socioambientais de REDD+. "Para nós, não importa o tipo de mecanismo envolvimento nos projetos de REDD, o fundamental é respeitar os povos da floresta e garantir que sejam observados os princípios e critérios para a implantação desses processos", defendeu.

Expediente

Textos:

Daniela Torezzan/ICV
Jaime Gesisky/ Fórum Amazônia Sustentável

Diagramação:

Gustavo Nascimento/ICV

Elaboração



Instituto
Centro
de Vida